

AS “CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS” DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Roberson Da Rocha Buscioli – UNESP - Univ. Estadual Paulista

buscioli@rosana.unesp.br

Renata Maria Ribeiro – UNESP Univ. Estadual Paulista

renata@rosana.unesp.br

RESUMO

O presente trabalho analisa as construções discursivas do Estado desenvolvimentista na América Latina, evidenciando o caso brasileiro. O procedimento metodológico utilizado foi a revisão de literatura. O que se percebeu foi a constituição do Fundo Público como um ex-ante da atividade capitalista, neste caso, tal fundo superou a reforma neoliberal e mantém-se como financiador da atividade capitalista.

Palavras chaves: Crise do Estado; Estado Desenvolvimentista; Economia Política; Fundo Público; Planejamento.

INTRODUÇÃO

A constante atuação do Estado na economia, assim como as influências que exerce sobre a (re)produção do capital e do espaço, tem sido amplamente analisada, dada a sua importância. Diante das (re) construções de um dito novo desenvolvimentismo que temos assistido nos últimos 10 anos, a partir da retomada de diversas práticas, como a recriação Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste (SUDECO), discutida desde 2003, sendo recriada por projeto de lei em 2011¹.

Diante desse contexto, o escopo central desta pesquisa está em compreender a construção do discurso econômico que sustentou a ação do Estado desenvolvimentista no Brasil no propósito da industrialização como superação do subdesenvolvimento.

¹ Neste trabalho não nos propomos discutir a recriação da SUDECO, para maiores aprofundamento a respeito dessa temática ver: ROCHA Alessandra Lopes da & BUSCIOLI, Jaicy Fidelis Iahn & SILVA, Walter Guedes da (2012) “Planejamento Regional no Centro-Oeste: da Velha a Nova SUDECO” IN____Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros _ Seção Três Lagoas/MS – n^o 15 – Ano 8.

Diante da problemática objetiva-se nesse estudo observar, três importantes considerações antes de prosseguirmos:

A primeira é a concepção de Estado que adotamos. Respalado em Mészáros (2002), entendemos que o Estado é materialidade de um sistema de garantias de reprodução do capital; sendo o Estado Moderno inconcebível sem o capital, e o capital complementa-se pelo Estado. Ainda neste sentido, Poulantzas (1990), indica que o Estado é uma condensação material de relações de forças entre classes e frações de classes e, portanto, em todas as suas intervenções haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico e parcelas secundárias do capital.

Nesta mesma linha, Linera (2010, p.26), discorre que o Estado é composto por quatro dimensões “todo o Estado é instituição, parte material do Estado; todo Estado é crença, parte ideal do Estado; todo Estado é correlação de forças, hierarquias na condução e controle das decisões; e todo Estado é monopólio”. Entendemos que tais contribuições quanto a uma concepção de Estado nos dá suporte à compreender as transformações na construção do Estado Desenvolvimentista.

A segunda consideração que se faz necessária é acerca dos conceitos e compreensão das categorias Capital e Capitalismo. Desse modo, capitalismo seria uma das formas de realização do capital, uma variante histórica, arquitetada na atuação de três sujeitos – Capital, Trabalho e Estado; o capital, que tanto antecede quanto precede o capitalismo, tem seu sociometabolismo constituído nesse tripé. Capitalismo, por sua vez, pode ser resumidamente definido como:

[...] aquela particular fase da produção de capital na qual: (1) a produção para troca (e assim a mediação e dominação do valor-de-uso pelo valor-de-troca) é dominante; (2) a força de trabalho em si, tanto quanto qualquer outra coisa é tratada como mercadoria; (3) a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção; (4) o mecanismo vital de extração da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma forma inerentemente econômica; (5) a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e (6) de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica (Mészáros, 2002, p. 1028).

Neste sistema, portanto, Capital e Trabalho, assim como Mercado e Estado devem ser compreendidos como pólos de um mesmo campo histórico da modernidade. Contudo, é importante ressaltar que mesmo se tratando de dois pólos de um mesmo campo histórico, não existe uma igualdade hierárquica entre esses pólos, pois dado as suas próprias características, o Mercado sempre se sobrepõe ao Estado. Ainda que, historicamente, em algumas conjunturas, o Estado tenha representado ter se sobressaído ao mercado, assim como ao Capital.

E a terceira questão, esta mais objetivamente relacionada ao que nos propomos no presente trabalho, compreender as relações estabelecidas entre Capital e Estado na periferia do capitalismo. Em termos teóricos, Souza (2003, p.7) aponta que não existe uma teoria do Estado capitalista da periferia que o defina em moldes diferentes do Estado capitalista em geral. Na verdade, ele apresenta como características gerais as mesmas que definem o Estado capitalista dos países centrais. Obviamente que, por conta de sua condição periférica, a condensação de forças entre as classes e frações de classes, resultará sempre de uma relação e/ou embate direto entre as parcelas do capital nacional e transnacional.

Uma vez brevemente apontadas nossa concepção acerca das categorias Estado e Capital, buscaremos discorrer acerca do discurso e ideologia, no sentido de compreender o papel da Economia Política como base discursiva (subjéctiva) e seu papel objetivo, enquanto diretrizes para a ação do Estado.

O “Estado de Crise” e a “Crise do Estado”

Podemos assinalar que as diversas características que o Estado adquire - ora mais, ora menos atuante, ora maior, ora menor - se darão por conta de respostas a movimentos do capitalismo nos centros dinâmicos, sob os quais em determinados momentos o Estado é convocado a participar ativamente, regulando irregularidades desses movimentos. Quanto a esta temporalidade:

[...] o inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da simultaneidade e não pelas do “antes” e do “depois” [assim como] à questão das “determinações” só pode falar adequadamente de co-determinações [em fim], não deve ser caracterizada sob a categoria do “em consequência de”, mas em termos do “em conjunção a” sempre que se deseja compreender as mudanças. (Mészáros, 2002, p. 119)

Assim, é importante salientar que o modo de atuação do Estado brasileiro na economia estará em conjunção a estes movimentos. Contudo, a compreensão dessa relação tangenciará na análise do discurso político, que por sua vez propõe legitimidade as ações do Estado. E neste caso:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social [e que], pelo menos fora dos períodos de crise, a produção das formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeitas aos constrangimentos e as limitações inerentes ao funcionamento do campo político. (Bourdieu, 1998, p. 165/166)

Sobre essa mesma temática, mas a partir da análise do discurso, Chauí (1989, p.7) aponta que

o “discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado [...] é o discurso instituído [quanto a este discurso], não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e circunstância”.

Trata-se, portanto, de compreender a ideologia² existente no entremeio do discurso. Pois, como bem nos aponta a mesma autora:

À medida que a complexidade da vida social cresce no modo de produção capitalista e nas formações históricas ditas socialistas, o Estado se expande em todos os setores, encarregando-se de uma parte considerável da vida humana, de tal modo que, por sua mediação, o tecido da sociedade civil torna-se cada vez mais cerrado sobre si mesmo. A ideologia dispõe, então de um recurso para ocultar essa presença total ou quase total do Estado na sociedade civil. (Chauí, 1989, p. 8/9) tirei 08, 09

Nesse caso, o Estado (os seus homens), por meio do discurso econômico, apresentará as diretrizes que definem sua relação com a economia/espço. Pois:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidade de mal-entendimento tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (Bourdieu, 1998, p. 164)

Diante disso, ainda que previamente, entendemos como importante estabelecer um diálogo entre as variantes das “Escolas Econômicas” com a

² “[...] a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado”. (Chauí, 1989, p. 4)

perspectiva de se levantar um aparato teórico que suporte uma análise da atuação do Estado capitalista, no contexto por ora analisado. Interessa-nos aqui verificar as mudanças no bojo da teoria econômica, que de certa forma buscaram legitimar a atuação do Estado brasileiro. Uma vez que:

Na vida social, as idéias e as teorias apresentam uma dupla faceta. De um lado, são úteis para exemplificar e justificar as relações sociais existentes. Por outro, as idéias e teorias também se colocam no campo da transformação e do questionamento da ordem social vigente. [...] Desta forma, a prevalência de um ou de outro aspecto das idéias e/ou teorias é determinado pelo embate, e não da existência de idéias inatas ou naturais, que independem da história. [de forma que]: A Economia Política, que tem por pretensão a universalidade que o status de ciência pode lhe conferir, não deixa de estar sujeitada a todos os problemas de sua construção histórica, qual seja, de ser estruturada de acordo com os interesses sociais e objetivando a resolver problemas específicos do meio que lhe deu vida [...]. (Pires, 2006, p. 15)

Neste sentido, as crises econômicas ocorridas no segundo quartel do século XX abalaram profundamente o sistema econômico e social. As bases teóricas da Economia Política tradicional ou Teoria Neoclássica respaldada nos princípios do utilitarismo³ e de auto-regulação do mercado, sob a qual estava alicerçado o capitalismo, desestruturaram-se.

Nessa conjuntura, a crise de 1930 mostrou a ineficiência da livre concorrência no que tange à alocação perfeita dos recursos produtivos e então a determinação de um equilíbrio econômico, um dos principais argumentos de sustentação desse modelo.

Tais teóricos apontavam que a intervenção do Estado na economia seria prejudicial, pois a mesma tenderia ao equilíbrio no longo prazo, em conformidade com a “Lei de Say-Mill”. O princípio básico dessa lei é o de que tudo o que é ofertado pelas firmas será consumido pelas famílias, não havendo crises de subconsumo ou superprodução, aquela parcela não consumida, ou seja, a parcela poupada retornaria para economia via investimentos, estes tendo a taxa de juros como meio regulador.

³ Em seu principal conteúdo, a “teoria utilitarista”, tem como propósito superar a teoria do valor-trabalho ricardiana, na formação dos preços de mercado, amparados na subjetividade dos conceitos de “utilidade marginal”, o que permitiu a esta classe de economistas utilizarem os conceitos de “vantagens comparativas ricardiana” sem se deparar com as implicações resultantes de se aceitar a teoria do valor-trabalho, particularmente, no pós-Marx (Pires, 2006, p. 30 à 34).

Isso por entender-se que, ao produzir, as firmas remunerariam os sujeitos econômicos (unidades familiares com salários, proprietários do capital com juros e proprietários de terra e imóveis com arrendamentos e aluguéis, assim como os demais sujeitos aqui não especificados) e esses, por sua vez, consumiriam os bens fornecidos pelas firmas. Do valor de todos os bens produzidos - renda - menos o valor do consumo obter-se-ia o valor da poupança, sendo que essa retornaria ao circuito econômico por meio dos investimentos. De um lado, teríamos as famílias e firmas pagando impostos, de outro, o Governo fornecendo, no mesmo valor dos impostos pagos, os serviços básicos à sociedade (saúde, educação, seguridade social, infra-estrutura entre outros),

Uma vez considerado as transações com o resto do mundo, uma economia aberta, o equilíbrio dependeria do resultado da balança comercial, composta pela soma de todas as exportações menos a soma de todas as importações, proporcionando assim, um sistema que se fecharia em si mesmo. Teoricamente esse esquema mostra que somente haveria desequilíbrios de curto prazo, tendo em vista que, no longo prazo, a livre atuação dos sujeitos econômicos, primando por uma maximização da relação custo benefício, levaria a uma situação de equilíbrio econômico.

No que se refere ao comércio internacional, pautados nesses princípios, como também nas idéias ricardianas de vantagens comparativas sob a ótica da “teoria utilitarista”, defendiam-se as vantagens de um comércio internacional livre. Aqui é importante salientar que, dessa forma, cada nação deveria especializar-se na produção de bens intensivos no fator de produção que lhe fosse abundante, propondo a existência de um intercâmbio perfeito entre as nações. Com esse pressuposto, a exemplificação das relações sociais estabelecidas até então, definiriam no campo da atuação, ou seja, na objetividade das teorias, o papel do Estado no conjunto da sociedade.

Aqui se faz necessário a abertura de um parêntese, a teoria Anglo-Saxônica de vertente liberal, pretensamente anuladora do papel do Estado não passa de ideologia, Boron (2003, p. 267-269) adverte

“Naturalmente, esto no significa que em estos casos el papel real del Estado se hubiera reducido a lo predicado por la ideología liberal: también allí este intervindo para afianzar el desarrollo del capitalismo [...]”.

Por outro lado, o mesmo autor aponta que tal concepção de Estado supera sua condição objetiva, articulando de modo subjetivo a idéia de que

“existam numerosos grupos sociales compitiendo libremente – unido a la naturaleza ‘neutra’, meramente ‘técnica’, de las reglas del juego – impide que nadie acumule demasiado poder y pertube el equilibrio general del sistema” (Boron, 2003, p.268).

Todavia, com o aprofundamento da crise de 1930, o modelo teórico de legitimação do capitalismo necessitava de reformas em sua estrutura, principalmente na definição dos papéis que cada um dos sujeitos desse sistema iria assumir.

Nesta perspectiva, Mantega (1984, p. 25) discorre que:

Para garantir a sobrevivência do capitalismo fazia-se necessário renovar a economia política com novos instrumentais de interpretação e intervenção, capazes de solucionar as contradições mais prementes da acumulação de capital, tais como: a anarquia da produção, a queda na taxa de lucro, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado, e outras perturbações que afligiam crescentemente a burguesia.

Ainda, o mesmo autor aponta que: “[...] não cabia aos teóricos da burguesia, lançar mão da teoria marxista, a despeito desta ter previsto o caráter anárquico do capitalismo e de suas crises periódicas” (Mantega, 1984, p. 25). Coube então às teorias keynesianas fornecer o aparato teórico de reestruturação do capitalismo, legitimando a atuação do Estado como sujeito econômico. Tal teoria teve como base uma profunda crítica aos conceitos da teoria clássica, vigentes até aquele momento. A principal divergência seria a idéia de que sob o domínio das forças de mercado a economia tende ao equilíbrio, na verdade, apontou-se que a relação seria inversa, e que nestas condições, ocorreria capacidade ociosa, desperdício e desemprego.

Em função disso, Keynes (1996) aponta que as crises seriam decorrentes da falta de demanda efetiva. Ou seja, ao produzir, as firmas remuneram as famílias, essas por sua vez consomem, todavia, não na mesma proporção de sua renda, provocando o que se denominou de falta de demanda efetiva, levando a uma redução dos investimentos, por parte das empresas, impossibilitando que o virtuoso ciclo descrito pela “Lei de Say” ocorresse.

Essa ideologia passou a fazer parte das correntes teóricas surgidas na periferia, diga-se, no ideário cepalino.⁴ Como pode ser observado nas palavras de Prebisch (2000):

A idéia, ainda não extinta, de que este [o desenvolvimento] funciona espontaneamente, sem um esforço racional e deliberado para ser conseguido, provou ser uma ilusão, tanto na América Latina quanto no resto da periferia mundial.

Observa-se assim, a introdução entre os teóricos da periferia, das idéias legitimadoras de intervenção do Estado na economia. Estudando essa questão, Bielschowsky (2000, p.25), ressalta que:

A teorização cepalina iria cumprir esse papel [de legitimar a atuação do Estado] na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento.

A teorização cepalina colocou-se como o contraponto à teoria liberal, que havia orientado as economias dos países periféricos em relação ao capitalismo industrial. A “teoria da deterioração dos termos de intercâmbio”, também conhecida como “teoria das trocas desiguais”, formulada nos anos 1960 pela Escola da CEPAL, sob o comando de Prebisch, denunciou as incoerências dos princípios do livre comércio entre as nações. Tais princípios sustentavam que:

[...] se os países atrasados se especializassem nos produtos primários, e os avançados em industrializados, nas relações comerciais entre eles, os países atrasados acabariam levando vantagem, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade de seus parceiros avançados. (Mantega, 1984, p.35)

Por sua vez, a teoria da deterioração dos termos de intercâmbio acusou a existência de uma constante queda no poder de compra de uma unidade de bens primários em relação ao preço de uma unidade de bens industrializado. Ou seja, os países periféricos, até então produtores de bens primários, perdem poder de compra em virtude da redução relativa dos preços de seus bens frente aos bens de países industrializados.

Dentre as principais causas dessa redução, pode-se destacar o diferencial existente entre o crescimento da demanda mundial por produtos industrializados x

⁴ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Instituição criada em 1948, sob o comando da ONU – Organização Nações Unidas.

produtos primários, sempre em favor do primeiro, empurrando os preços dos bens primários para baixo. Assim como, a diferente realidade do mercado de trabalho entre os países centrais e os periféricos, os primeiros, ao contar com uma maior organização sindical, teriam maior poder de barganha – melhores salários – que por sua vez, levaria os industriais a elevar o preço de seus produtos na defesa da manutenção de sua lucratividade. Enquanto nos países periféricos, a abundância e fraca organização da mão-de-obra, resultariam em baixos salários e menor preço dos produtos primários, traduzindo-se em constante queda do poder de compra dos países periféricos. Tal relação se perpetuaria por conta da menor elasticidade-renda da demanda⁵ de produtos primários em relação aos produtos industrializados. (Mantega, 1984, p. 37/38)

Logo, na esteira dessa interpretação das causas do subdesenvolvimento, na busca de sua eliminação, não restaria aos países periféricos, outro caminho senão:

[...] a implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade [sugerindo] a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento das modificações que se faziam necessárias. (Mantega, 1984, p.39)

Conforme aponta Furtado (1985, p.60), o segundo texto⁶ apresentado por Prebisch como documento oficial da CEPAL, “pode ser comparado a um manifesto [dos periféricos contra a ordem internacional e seus ideólogos] que conclamava os países latino-americanos a engajar-se na industrialização”. Uma vez que para a teoria neoclássica, a industrialização dos países novos não cabia em termos teóricos, esse documento apresentou-se como um dos principais embates à teoria das vantagens comparativas, sob a qual se justificava a divisão internacional do trabalho.

O Estado capitalista da periferia, respaldado nessa interpretação, munuiu-se de um novo conteúdo que o orientaria. Dessa forma,

“[...] o Estado é tido como o centro racionalizador da economia, promovendo a necessária infra-estrutura para a expansão industrial e a

⁵Corresponde a medida de quanto a quantidade demandada de um bem varia em relação às variações na renda dos consumidores. A elasticidade-renda é a variação percentual da quantidade demandada decorrente de uma variação percentual da renda do(s) consumidor(es).

⁶ Trata-se aqui do artigo, Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo econômico. Traduzido por Furtado e publicado na revista de economia brasileira em 1950.

canalização dos recursos nacionais para as novas atividades prioritárias”
(Mantega, 1984, p.39).

A nova realidade conjugada à nova exemplificação teórica do mundo, remodelou no âmbito das relações sociais o papel do Estado. O Estado (seus homens), pela via política, propõe novos “problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”, enfim, novo conteúdo ao discurso.

Justificou-se no campo teórico a atuação do Estado, seja por meio de políticas fiscais e/ou monetárias, como também através de investimentos diretos na economia. Estabelecendo desde então, a divisão da teoria em duas grandes correntes que marcariam o debate político: intervencionismo e liberalismo. No campo da transformação, sua atuação passou de apenas regulador da economia e administrador da coisa pública, para a de sujeito atuante na produção, como também no planejamento das atividades econômicas e dos processos de (re)produção espacial. No Brasil tal processo de intervenção foi sustentado através da teoria dos pólos de desenvolvimento.

Uma vez que, como bem nos aponta Santos (1997, p.20), “a economia se realiza no espaço”, o planejamento econômico dependeria de uma ciência espacial que atendesse as novas necessidades do capital.

Nas palavras de Harvey (2005, p.145): “do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada”. Contudo, com a superação desses obstáculos por intermédio da produção, do que Santos (1997) chamou de “sistemas de fixos e fluxos”, criam-se sempre oportunidades para novos investimentos ao capital ocioso. Daí, então, a importância do planejamento para a “organização” espacial e superação do espaço, mas principalmente pela criação das novas oportunidades para o capital ocioso pela falta de demanda efetiva, como pretendemos mostrar mais adiante.

Quanto à questão do planejamento, ressalta-se o papel da modernidade nesse processo de instituição do planejamento em todos os setores da sociedade, pois nos ditames da modernidade inexistente o espaço do improvisado. A “ditadura” da racionalidade manifesta-se no planejamento.

Hissa (2002, p.135) coaduna-se com essas reflexões quando ressalta que:

A racionalidade sugere que a segurança, aparentemente uma manifestação do preparo, esteja condicionado à elaboração de planos [...] o improviso, no desempenho de qualquer uma dessas atividades [do cientista, do técnico, do pesquisador, do professor] é convencionalmente entendido como um “desvio da racionalidade”: não pode haver improviso [...] quando se programa antecipadamente.

A técnica do planejamento assumiu funções importantes para o capital, ao determinar onde, quando, quanto e quais serão os investimentos públicos aplicados na busca de uma racionalização das desigualdades inerentes do próprio processo de acumulação capitalista. Tais investimentos podem assumir as formas de investimentos diretos em estruturas físicas e/ou leis de incentivos fiscais. Nessa perspectiva: “O desequilíbrio seria uma situação patológica, demandando uma intervenção racional, técnica, especializada na ótica da economia”. (Hissa, 2002, p.234)

Como parte da modernidade, o planejamento engendrou um movimento de racionalização dos atos humanos. Na ocupação econômica dos espaços, o planejamento ocupou-se de ditar a ordem do dia, medida racional e modernizadora da ocupação.

No Brasil, a idéia de planejamento governamental como fomentador do desenvolvimento emergiu no período pós-1930, com a consolidação do Estado Novo. Porém, é a partir de 1956, com o Plano de Metas (1956/61), que o conceito de desenvolvimento, agora compreendido em todos os sentidos como planejamento público, passou a atuar de forma mais intensa no cenário nacional.

De modo geral, pode-se apontar um primeiro momento de forte atuação do Estado na busca do “desenvolvimento”, leia-se industrialização, que vai de aproximadamente 1930 a 1950, marcado pelas seguintes ações:

(1) No setor de mineração, a criação da Cia. Do Rio Doce, em 1942: (2) Na siderurgia, a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, e o controle acionário pelo Banco do Brasil em 1952, da Companhia Itabira (ACESITA), fundada em 1942: (3) Na química, a criação da Companhia Nacional de Ácalis em 1943, para a produção de barrilha e soda cáustica: (4) Na produção de motores pesados, com a criação da Fábrica Nacional de Motores em 1943: e (5) Na geração de energia elétrica, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Fundada em 1945. (Versiani & Suzigan, 1990, p.27)

E um segundo momento, pós-1960, em que as propostas de desenvolvimento, via planejamento regional, estiveram por um longo período associadas a um viés autoritário comprometido com as forças políticas hegemônicas. Assim como, a sua materialização e institucionalização passaram pela criação das superintendências de desenvolvimento regional.

Nas palavras de Bresser-Pereira (1985 p.9/10): “No Brasil pós 1964 o governo foi fortemente intervencionista até 1980, mas sempre em favor do capital [...] em detrimento dos trabalhadores”.

No início da década de 1970, este modelo deu sinal de suas limitações. A crise do Estado estava definida, uma vez que suas ações corretivas se limitam a ações superficiais e não atingem a estrutura da (re) produção do capital, e nem poderia, pois, ele mesmo, o Estado, pertence a essa estrutura. Os sentidos do planejamento foram absorvidos pela crise.

De modo geral, o aparente estado de crise do capitalismo, no pós-1930, fomentou o surgimento de modelos teóricos, que influenciariam na relação Estado e economia, por, no mínimo, nos 30 anos posteriores, definindo o padrão de acumulação capitalista pautados nos fundos públicos. De um lado, no centro do capitalismo, o Estado de Bem Estar, consolidado no pós-II Segunda Guerra Mundial; do outro, na periferia do sistema, o Estado Desenvolvimentista tratava de planejar e financiar a consolidação das relações capitalistas.

Tratou-se, portanto, de criar modelos de transferência das crises inerentes do próprio sistema de reprodução do capital para o Estado. Ou, como argumenta Oliveira, (1998, p. 19/20), de se constituir um padrão de financiamento público da economia, via “fundos públicos” que em seus diferentes formatos pode ser sintetizado como:

[...] a sistematização de uma esfera pública donde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital de um lado, e, do outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo toda a população por meio dos gastos públicos.

Sobre os fundos públicos, cabe ainda ressaltar, também a partir do autor: que estes, diferente de outrora, quando participaram da formação do sistema capitalista, de forma pontual, pós-1930, se tornaram abrangentes e estáveis,

marcados por regras assentidas pelos principais grupos sociais. Além do mais que:

[...] o fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução do capital particular e das condições de vida, contra seu caráter ex-post, típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades de reprodução. (Oliveira, 1998, p. 21)

As discussões sobre Fundo Público cabe nesse momento devido à importância para compreensão dos sentidos do desenvolvimentismo, assim como, os do neoliberalismo. Uma vez que ambos estão submersos em discursos ideológicos que buscam a definição do papel e tamanho do Estado, desconsiderando em ambos os casos, a discussão do fundo público enquanto um *ex-ante* da realização do capital.

Apenas em medida de exemplificação, e como modo de evidenciar a construção do fundo público enquanto modo de financiamento estatal para a (re) produção capitalista, evidenciamos em pleno processo de desmonte do *Estado desenvolvimentista brasileiro*, a privatização de Companhia de Mineração Vale do Rio Doce – CVRD - em 1997, parece-nos exemplificar essa questão, pois se tratou de privatizar o público com fundos públicos, subsidiados pelo “Estado falido”.⁷

Dessa forma, concluímos que se marcaram aqui dois momentos principais sob os quais percorremos na intenção de compreender o “estado de Crise” do modelo de acumulação capitalista, e neste sentido, todo_o processo de reconstrução do aparato ideológico necessário para dar suporte às ações do Estado, até então julgado neutro.

RESULTADOS

O Estado assumiu suas funções objetivas de financiamento da (re) produção capitalista, de certa forma, pode-se apontar que houve uma transferência das crises para Estado, e este assumiu a função de mola amortecedora dos impactos da crise e propulsora do desenvolvimento capitalista, tendo na constituição do fundo público sua principal força.

⁷ Os recursos financeiros utilizados para a compra da referida mineradora foram adquiridos junto ao BNDES.

Tratou-se, portanto, da construção de um “Estado de crise”, ou mesmo de um “Estado para a crise” uma vez que o mercado foi entendido como míope e incapaz de levar a economia ao equilíbrio, o Estado assumiu tal função, como no caso do Estado Desenvolvimentista brasileiro.

Do ponto de vista subjetivo, a “Crise do Estado” já nos anos 1970, reformulou o tamanho e o papel do Estado, consolidado na partir do Consenso de Washington. Contudo, do ponto de vista objetivo, o que se percebe é a manutenção do “Estado de crise”, com as características básicas de amortecer os impactos das crises econômicas, e impulsionar o crescimento econômico, obviamente que respaldado por diferentes discursos.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000), *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL uma resenha* In:_____ *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Rio de Janeiro, Record.

BORON, Atílio A (2003), *Estadolatría e teorias “Estadocentricas”: Notas sobre algunos análisis Del Estado em el capitalismo comtemporaneo*. Buenos Aires, CLACSO. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/estado/capituloVIII.pdf>

BOURDIEU, Pierre (1998), *O Poder Simbólico*. 2^o ed. Rio de Janeiro, Beltrand Brasil.

BRESSER-PEREIRA, Luiz. Carlos (1985), *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 4^o ed. São Paulo, Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena de Souza (1989), *Cultura de democracia*. 4^o ed. São Paulo, Cortez.

FURTADO, Celso (1985), *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. (Coleção Estudos brasileiros; v. 89)

HARVEY, David, (2005), “A geografia do poder de classes” In: HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Anablume.

HISSA, Cassio. Eduardo Viana (2005), *A mobilidade das fronteiras*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

KEYNES, John Maynard (1996), *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* Trad. Mario R. da Cruz. São Paulo, Nova Cultura.

LINERA, Álvaro García (2010), “ A construção do Estado” In:_____ *Dossie: Teorias do Estado na América Latina Hoje*. São Paulo, Margem Esquerda.

MANTEGA, Guido (1984), *A Economia Política Brasileira*. São Paulo, Polis/Vozes.

MÉSZÁROS, István (2002), *Para Além do Capital* Trad. Paulo César Castanheira. 1º ed. São Paulo, Boitempo/Editora da Unicamp.

OLIVEIRA, Francisco (1998), *Os direitos do antivalor*. Petrópolis (RJ), Vozes.

PIRES. Marcos Cordeiro (2006) “A Ideologia do Comércio Internacional: do Mercantilismo a Adam Smith” In: SOUZA, Luiz Eduardo Simões de (Org.). *Ideologia e Ciência Econômica: estudo de caso*. São Paulo: LCTE Editora.

PREBISCH, Raul (2000) “Hacia una dinamica del desarrollo latino-americano” In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, Record.

POULANTZAS Nicolas (1990), *Estado poder e socialismo*. São Paulo, Graal.

SANTOS, Milton (1997), *A Natureza do Espaço: técnica razão e emoção*. 2º ed. São Paulo, Hucitec.

SOUZA, Angelita Matos (2003), *Deus e o Diabo na terra do Sol: leitura política de um capitalismo tardio*. Campinas, UNICAMP/Instituto de Economia.

VERSIANI, Flavio Rabelo & SUZIGAN, Wilson (1990) “O Processo brasileiro de industrialização: Uma visão geral”. Série Textos Didáticos nº 10, Universidade de Brasília, Departamento de Economia. http://vsites.unb.br/face/eco/bmueller/versiani_suzigan.pdf. consultado em 15/5/2012.